

Turismo de inclusão social: as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas, Campo Grande – MS (Brasil)

Tourism of social inclusion: the accessibility conditions in the Parque das Nações Indígenas, Campo Grande - MS (Brazil)

Lorena Cristina Pinheiro Oliveira (OLIVEIRA, L. C. P.)^{*}

Emilia Alibio Oppliger (OPPLIGER, E. A.)^{**}

RESUMO – No ano de 2010, foi constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que 224.392 pessoas (25% da população) na cidade de Campo Grande (Mato Grosso do Sul, Brasil), apresentavam algum tipo de deficiência. Esse índice refletiu sobre a necessidade de adequação dos espaços urbanos. O objetivo deste artigo foi analisar as condições de acessibilidade existentes no Parque das Nações Indígenas (Campo Grande, MS) no ano de 2016. A metodologia adotada consistiu na aplicação de três formulários elaborados pelo Ministério do Turismo (2009), contidos no ‘Roteiro de Inspeção - Mapeamento da acessibilidade’. O diagnóstico apresentou o atendimento ou não aos requisitos da legislação e das normas técnicas. O parâmetro de classificação adotado foi o ‘Índice de acessibilidade’ desenvolvido pela Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (2009). Na pesquisa de campo, recorreu-se aos registros fotográficos para evidenciar os elementos de acessibilidade presentes, ausentes e em desacordo com a legislação e normas técnicas. Verificou-se que algumas adequações foram feitas no Parque das Nações Indígenas, entretanto, sem atentar às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas de número 9050 (2015). Concluiu-se que o Parque das Nações Indígenas não estava apresentando condições satisfatórias de acessibilidade não apenas para seu uso turístico, como também para o lazer da população local, condição que desfavorece o turismo de inclusão social.

Palavras-chave: Turismo; Lazer; Turismo de inclusão social; Acessibilidade; Democratização do espaço.

ABSTRACT – In the year of 2010, it was verified by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), that 224,392 (25% of the population) in the city of Campo Grande (Mato Grosso do Sul, Brazil) has some kind of disability. This index reflects the need to adapt urban spaces. The objective of this article was to analyze the conditions of accessibility that there were in the Parque das Nações Indígenas (Campo Grande, MS) in the year of 2016. The methodology adopted was the application of three forms elaborated by the Ministry of Tourism (2009), that were in the 'Inspections Guide - Mapping of accessibility'. The diagnosis presented whether or not the requirements of

* Formação: Turismóloga pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Endereço físico para correspondência: Rua João Pereira da Silva, 289, Bairro Res. Terra Morena. CEP: 79075-278 - Campo Grande - MS - Brasil. E-mail: lorena_cris_07@hotmail.com

** Formação: Turismóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - Uniderp-Anhanguera. Atividade profissional: Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, Unidade II. Endereço físico para correspondência: Rua Oscar Trindade de Barros, 740, Bairro Serraria. Aquidauana. CEP: 79200-000 - MS - Brasil. E-mail: emiliaoppliger@hotmail.com

the legislation and the technical norms were met. The classification parameter adopted was the 'Accessibility Index' developed by the Association for the Appreciation of Persons with Disabilities (2009). In the field research, photographic records were used to show the accessibility elements present, absent and in disagreement with the legislation and technical standards. It was verified that some adaptations were made in the Parque das Nações Indígenas, however, without regard to the recommendations of the Brazilian Association of Technical Norms number 9050 (ABNT 9050) (2015). It was concluded that the Parque das Nações Indígenas was not presenting satisfactory accessibility conditions not only for its tourist use, as well as for the leisure use of the local population, a condition that undermines tourism of social inclusion.

Key words: Tourism; Leisure; Social inclusion tourism; Accessibility; Space democratization.

1 INTRODUÇÃO

A rotina da sociedade contemporânea é composta por várias atividades como trabalho, estudo, longos deslocamentos e, em geral, paisagens urbanas com poucos elementos naturais, cercadas de altos edifícios, avenidas e inúmeros automóveis, o que pode tornar o dia mais cansativo e desagradável nesses ambientes.

Considerando essa realidade, o lazer desempenha um papel essencial no sentido de promover o bem-estar social, possibilitando a fuga desse cotidiano: são momentos em que o indivíduo realiza atividades que lhe proporcionam prazer, relaxamento, recreação, sem compromissos ou obrigações sociais, religiosas ou familiares.

Para atender a essa necessidade de lazer da população, são criados espaços e equipamentos públicos. Entretanto, ao se pensar sobre o turismo inclusivo, pouco se conhece sobre a condição de acessibilidade nesses espaços para que pessoas com deficiência (visual, motora, auditiva, mental, física) desfrutem de seu tempo livre com autonomia e segurança.

De acordo com o Centro Regional de Informação das Nações Unidas ou *United Nations Regional Information Center* (UNRIC, 2014), cerca de 10% da população mundial estava vivendo com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora, mental/intelectual) em diferentes graus de dificuldade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), por outro lado, o censo do ano de 2010 apontou que 23,9% da população brasileira possuía pelo menos uma deficiência. Em Campo Grande essa demanda ficou acima da média nacional, representando 26,9% da população, sendo 130.334 casos de deficiência visual, 33.632 casos de deficiência auditiva, 50.247 casos de deficiência motora e 10.179 casos de deficiência intelectual/mental, todas em diferentes graus de dificuldade (IBGE, 2010).

Para incorporar o direito de inclusão social ao Turismo, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo (MTur), propõe ações de apoio a projetos relacionados à acessibilidade em atrativos e prestadores de serviços turísticos, como forma de gerar melhor qualidade de vida à população local e atrair turistas (MTUR, 2009a).

Por sua vez, verificou-se que Campo Grande estava contando com importantes recursos naturais em sua área urbana, que poderiam ser utilizados como atrativos turísticos (OPPLIGER *et al.*, 2016). O Parque das Nações Indígenas, por exemplo, está

localizado em uma área de grande circulação de pessoas. Sua estrutura para atividades de lazer e de atrativos turísticos foi planejada para uso da população local de forma a suprir os mais diversos interesses: artístico, intelectual, físico e social.

Assim exposto, os objetivos dessa pesquisa realizada no ano de 2016 foram averiguar e diagnosticar as condições de acessibilidade existentes no Parque das Nações Indígenas, analisando seus equipamentos e infraestrutura de lazer. Tendo em vista que a capital de Mato Grosso do Sul, Estado que é um destino destacado para a prática do ecoturismo, deve proporcionar acessibilidade a essa expressiva parte de sua população, promovendo também o turismo inclusivo comprometido com essa causa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O lazer tem a função de descanso, divertimento, recreação, entretenimento e desenvolvimento (DUMAZEDIER, 1973) e diz respeito a um direito garantido a todos os seres humanos desde a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), que no seu artigo 24 documenta: “[...] toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas”. As aspirações ligadas ao lazer envolvem interesses artísticos, físicos, manuais, intelectuais e sociais, e as atividades turísticas são oportunidades privilegiadas para a satisfação de todos eles (MARCELLINO, 2000).

Aliando-se a isso o turismo pode ser entendido como um fenômeno sociocultural que permeia grande parte das ações humanas e da economia mundial. Presume hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas, bem como o uso de tecnologias e inúmeras outras condições, o que gera experiências variadas e impactos diversos (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012). Novas motivações de viagens surgem a todo o momento, os turistas exigem roteiros turísticos que se adaptem às suas necessidades, desejos e preferências, de forma que atendam às suas expectativas. Nesse sentido, a segmentação do turismo é uma estratégia para estruturar e comercializar diversos destinos e roteiros.

O turismo, assim como o lazer, deve promover a inclusão social de todas as camadas da sociedade. O termo ‘inclusão social’ remete à ‘exclusão social’: “negação

total ou parcial da incorporação de grupos sociais à comunidade política e social” (RUA, 2006, p. 21), onde o acesso às oportunidades sociais é impedido ou obstaculizado. É um fenômeno cultural e social, que se assenta em um caráter essencial de diferença, é um processo histórico do qual uma cultura, sob discurso de verdade, cria interdição e rejeição (SANTOS, 1995¹ *apud* RUA, 2006).

Por outro lado, a inclusão social é um processo que permite aos sistemas sociais comuns se tornarem adequados para todas as diversidades humanas, composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência entre outros atributos (SASSAKI, 2009). Um importante elemento na inclusão de pessoas com deficiência e, também, de pessoas obesas, gestantes e idosos, é a acessibilidade. Acessibilidade, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050 (ABNT, 2015) é a condição para utilização com segurança e autonomia de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte, sistemas de meio de comunicação e informação.

A acessibilidade possui seis dimensões, conforme Sasaki (2009), sendo elas:

- a) Arquitetônica: sem barreiras físicas;
- b) Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre pessoas;
- c) Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.;
- d) Instrumental: sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.;
- e) Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas;
- f) Atitudinal: sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.

O Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, artigo 34, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1982), relata que as autoridades de turismo, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagem, devem oferecer serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a Lei Geral do Turismo, número 11.771, de 17 de setembro de 2008 em seu Artigo 5º, inciso I (BRASIL, 2008), aborda a promoção da prática da

¹ SANTOS, B. de S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 1995.

atividade turística com igualdade de oportunidades, equidade e solidariedade, tendo por objetivos: “democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral”. Dessa forma, é imprescindível que ações voltadas a suprir as necessidades de lazer das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida sejam inclusas em planejamentos dos condicionantes relativos ao espaço e à infraestrutura de lazer.

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Todavia, o Brasil ainda não alcançou as condições condizentes de acessibilidade de forma a permitir o acesso de todos à experiência turística, promovendo bem-estar social. Isso porque projetar inclusão social pressupõe garantir acessibilidade a todos de forma a entender a diversidade como regra e não como exceção (MARCELLINO, 2008).

Entretanto, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida têm seu direito ao lazer negligenciado. Essa parcela da população brasileira, 23,9% de acordo com o censo IBGE 2010, não estava usufruindo o lazer na sua totalidade, independentemente de sua situação econômica.

Percebe-se que as pessoas buscam por áreas abertas como praças e parques a fim de aproveitarem seu tempo livre em contato com o meio ambiente. Nesse sentido, a falta de espaços de lazer contribui para a reclusão dessas pessoas que não dispõem de atividades recreativas em locais públicos (MARCELLINO, 2008). Para alcançar a democratização cultural do lazer, é importante observar a redução das barreiras arquitetônicas e metodológicas. Assim, quando a sociedade modifica seu sistema de lazer, possibilita que todas as pessoas possam participar juntas, desfrutando momentos de lazer em ambientes comuns (AUGUSTI; JUNQUEIRA, 2016).

3 METODOLOGIA

Constatou-se que Campo Grande estava possuindo cinco áreas naturais consideradas atrativos e infraestrutura apropriada: acesso em boas condições e equipamentos com condições para atender o usuário, classificados como de ‘alto potencial turístico’. São eles: Parque Florestal Antônio de Albuquerque (Horto Florestal), Parque Jacques da Luz Filho, Parque Sóter, Parque Ayrton Senna e Parque

das Nações Indígenas, que recebeu a segunda melhor avaliação (JAFAR *et al.*, 2012) (FIGURA 1).

FIGURA 1 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS, PORTÕES DE ENTRADA E LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER



LEGENDA: A) Teatro de Arena e Concha Acústica Helena Meirelles; B) Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul; C) Museu das Culturas Dom Bosco; D) Pista de skate, quadras poliesportivas, quadra de areia.

FONTE: Google Earth (2015).

O Parque das Nações Indígenas, cujos portões de acesso recebem o nome de etnias indígenas originárias dessa região do Brasil, foi projetado com a justificativa de que, em Campo Grande, os equipamentos de lazer públicos e privados eram distribuídos de forma relativa: a maioria dos espaços de lazer era formada por equipamentos privados, o que não garantia o acesso de toda a população, tornando-os um privilégio de alguns. Com o objetivo de oferecer à população um equipamento de lazer público, com fácil acesso do usuário e em área urbanizada, o parque foi construído no início dos anos de 1990, por meio de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Campo Grande (FERNANDES; NESSIMIAN; DELVIZIO, 1993).

O referido parque tem expressiva representatividade para a população local "[...] sendo um lugar de pertencimento, entendido pela tríade: habitante, identidade, lugar, pois se percebe a população local se identificando por meio desse lugar" (GARCIA, 2013, p. 204). Além disso, é um atrativo singular para o ecoturismo em área urbana,

pois abriga um grande número de espécies de aves que podem ser avistadas em seu interior (OPPLIGER *et al.*, 2016).

O método utilizado para analisar as condições de acessibilidade no Parque das Nações Indígenas foi o ‘Roteiro de Inspeção - Mapeamento da Acessibilidade’ elaborado e disponibilizado pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2009b). O ‘Roteiro de Inspeção’ é constituído de três formulários distintos: 1 - Verificação da acessibilidade da edificação; 2 - Verificação da acessibilidade do passeio público; 3 - Verificação da acessibilidade nos terminais, pontos de parada e meios de transporte.

Tais formulários têm como objetivo verificar os aspectos de acessibilidade em estabelecimentos públicos, privados e atrativos turísticos. Para apontar os elementos de acessibilidade presentes, ausentes e em desacordo com a legislação e normas técnicas (atendimento ou não aos requisitos da legislação e das normas), recorreu-se a registros fotográficos.

Primeiro, procedeu-se à ‘Verificação da acessibilidade da edificação’ onde se considerou a situação das variáveis: a) acesso externo à edificação; b) sanitários; c) sinalização *Braille*; d) rampas, escadas e tratamento de desníveis; dos equipamentos de lazer presentes no Parque das Nações Indígenas:

A) Teatro de Arena e Concha Acústica Helena Meirelles (Setor Artístico-cultural);

B) Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul - MARCO (Setor Artístico-cultural);

C) Museu das Culturas Dom Bosco - MCDB (Setor Histórico-cultural);

D) Quadra de areia, quadras poliesportivas, pista de *skate* (Setor Recreativo e Poliesportivo).

Posteriormente, foi feita a ‘Verificação da acessibilidade do passeio público’, que considera: a) acesso externo do parque, b) mobiliário urbano, c) estacionamento (embarque/desembarque), em todos os portões de acesso ao Parque:

LOCALIZAÇÃO	PORTÃO DE ACESSO
Avenida Mato Grosso	Ofaié-Xavante
Rua Antônio Maria Coelho	Terena, Kadiwéu
Avenida Afonso Pena	Kaiowá, Guarani, Ñandeva
Rua Ivan Fernandes Pereira	Guató

Por fim, foi aplicado o formulário ‘Verificação da acessibilidade nos terminais, pontos de parada e meios de transporte’ no terminal *Estação ‘Peg Fácil’ Shopping Campo Grande* localizada na Avenida Afonso Pena. Através dele foi possível revelar as variáveis de: a) recepção, b) comunicação, c) locais de embarque e desembarque.

Com base nos resultados dos formulários realizou-se o diagnóstico, com descrições dos equipamentos avaliados e análise técnica das condições de acessibilidade, quando necessário recorreu-se a registros fotográficos para melhor exposição. Para mensurar o grau de conformidade com as normas de acessibilidade, foi utilizado o parâmetro ‘Índice de Acessibilidade’ desenvolvido pela Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape). A metodologia do índice Avape é fundamentada nos conceitos de acessibilidade, desenho universal e rota acessível (MTUR, 2009b) de acordo com a seguinte escala (QUADRO 1):

QUADRO 1 - ÍNDICE DE ACESSIBILIDADE

ÍNDICE	ACESSIBILIDADE	ATENDIMENTO
100%	Ótima acessibilidade	Atende plenamente
80% a 99%	Boa acessibilidade	Atende parcialmente
50% a 79%	Pouca acessibilidade	Atende ao mínimo
Inferior a 50%	Não atende ao mínimo de acessibilidade	

FONTE: MTUR, 2009b, p. 24.

Situações consideradas inadequadas para usuários deficientes são apontadas, sendo usado o juízo de valor por parte do avaliador, que pode comentar a inadequação do referido ambiente e as barreiras existentes (GUALBERTO FILHO, 2013).

A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e agosto de 2016, e foram analisadas as variáveis de acessibilidade que, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos deveriam oferecer.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da aplicação dos formulários que constituem o ‘Roteiro de Inspeção’, chegou-se aos seguintes resultados relacionados à acessibilidade da edificação, do passeio público e dos terminais, pontos de parada e meios de transporte no entorno do Parque das Nações Indígenas, Campo Grande, MS.

4.1 VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

A análise das variáveis relacionadas aos equipamentos de lazer no Parque das Nações Indígenas pode ser apresentada conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 - ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO

Variáveis	Equipamentos de Lazer			
	A	B	C	D
Acesso externo à edificação	Bom estado de conservação. Piso antiderrapante e antitrepidante.	Bom estado de conservação. Piso antiderrapante e antitrepidante.	Bom estado de conservação. Piso antiderrapante e antitrepidante.	Ausência de calçadas: acesso sobre a vegetação.
Sanitários	Quantidade atende recomendação legal. Não está localizado em rota acessível. Disposição dos acessórios: fora da faixa de alcance. Barras de apoio: existentes, porém em local inadequado. Não permite circulação com giro de 360°. Descarga sem alavanca ou dispositivo equivalente. Lavatório sem rebaixo.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Sinalização Braille	Inexistente.	Inexistente.	Inexistente.	Inexistente.

Continua...

Continuação.

Rampas, escadas e tratamento de desníveis	Adaptados e utilizados, mas fora da norma.	Adaptados e utilizados, mas fora da norma.	Adaptados e utilizados, mas fora da norma.	Não existe tratamento ou adequações.
Índice de acessibilidade	Atende ao mínimo: pouca acessibilidade.	Atende ao mínimo: pouca acessibilidade.	Atende ao mínimo: pouca acessibilidade.	Não atende ao mínimo de acessibilidade.

LEGENDA: A) Teatro de Arena e Concha Acústica Helena Meirelles; B) Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul; C) Museu das Culturas Dom Bosco; D) Pista de *skate*, quadras poliesportivas, quadra de areia.

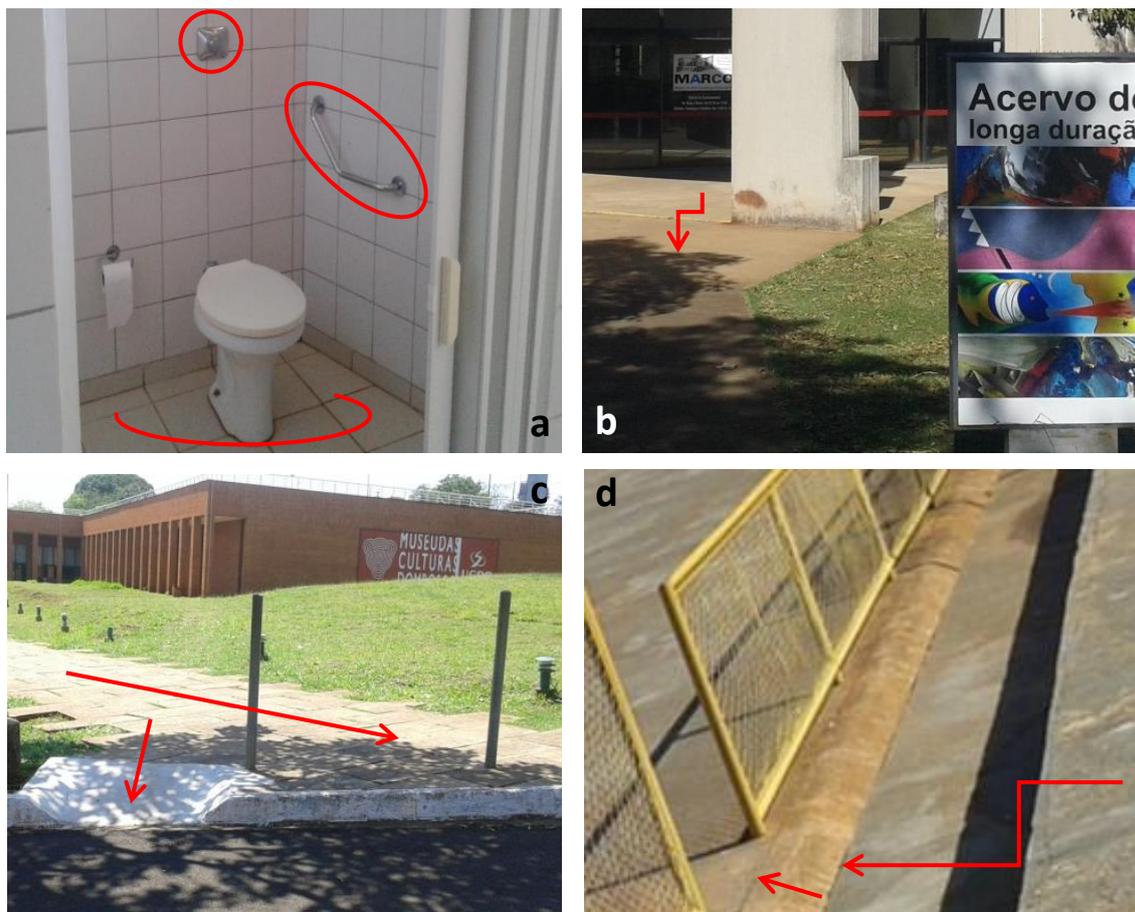
FONTE: Pesquisa de Campo, 2016.

O Teatro Arena estava localizado atrás do palco da Concha Acústica e o acesso a ela era feito por meio de rampa e escada. A largura da rampa estava apresentando dimensões satisfatórias, permitindo a passagem de apenas um cadeirante por vez. A escada tinha largura superior a 2,40 m, sendo necessária a instalação de um corrimão intermediário para manter as faixas de circulação com largura mínima de 1,20 m.

No subsolo da arquibancada da Concha Acústica, havia três camarins e sanitários adaptados para pessoas com deficiência. No palco, o acesso podia ser feito por escadas com corrimão unilateral e não havia sinalização nos degraus. O acesso aos sanitários era possível por rampas fora da angulação correta, causando um trajeto conturbado. Os sanitários não estavam de acordo com as recomendações da ABNT NBR 9050/2015, o espaço do *box* não permitia o giro de 360°, barras de apoio estavam em posição incorreta e o acionamento de descarga deveria estar a uma altura máxima de um metro e preferencialmente deveria ocorrer por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes, como por exemplo, alavancas (FIGURA 2a).

O acesso à entrada principal do MARCO apresentava um desnível superior a 5 mm, dificultando a rota acessível (FIGURA 2b). No acesso para o MCDB, havia rampa para o acesso, porém não estava centralizada em relação à calçada (FIGURA 2c). No setor recreativo e poliesportivo, não havia acesso pavimentado até as quadras e o trajeto era sobre a vegetação. Além disso, ocorria diferença de nível entre o acesso e o piso das quadras. Ao redor delas, ainda existiam valas que coletavam água da chuva, gerando mais dificuldade no acesso (FIGURA 2d).

FIGURA 2 - ELEMENTOS EM DESACORDO COM A ABNT NBR 9050/2015



FONTE: OLIVEIRA, 2016.

Em estudo sobre as condições de acesso do Parque do Sabiá (Uberlândia, MG), Silva e Soares (2011) concluíram que havia a necessidade de adequações na estrutura de lazer. Entre os pontos verificados, destacaram o pavimento irregular no acesso ao campo de futebol, aos quiosques e às mesas de descanso. As rampas de acesso ao parque infantil e piscinas eram íngremes e sem corrimãos. Além disso, os bebedouros estavam fora do alcance para Pessoas em Cadeira de Rodas (PCR). Houve uma adaptação na estrutura de dois *boxes* sanitários, porém em desacordo com as recomendações da NBR 9050.

Costa (2012) analisou a acessibilidade nos cinco principais atrativos turísticos de Curitiba (PR). Entre eles, a Ópera de Arame, local para apresentações culturais - mesma finalidade da Concha Acústica Helena Meirelles, avaliada nesta pesquisa. A Ópera de Arame revelou melhor nível de acessibilidade, com espaços reservados na plateia para Pessoas em Cadeira de Rodas (PCR) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR), e o prédio também contava com elevadores que davam acesso aos demais níveis do teatro.

4.2 VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DO PASSEIO PÚBLICO

As condições da acessibilidade do passeio público, considerando os portões de acesso do Parque das Nações Indígenas, pode ser representada através do Quadro 3.

QUADRO 3 - CONDIÇÕES DO PASSEIO PÚBLICO E VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

Portões de acesso	Acesso externo do Parque	Mobiliário urbano	Estacionamento (embarque /desembarque)	Índice de acessibilidade
<i>Ofaié-Xavante</i>	Não possui: - superfície regular; - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Poste; vegetação.	Ausente.	Não atende ao mínimo de acessibilidade.
<i>Terena</i>	Não possui: - superfície regular; - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Poste; vegetação.	Ausente.	Não atende ao mínimo de acessibilidade.
<i>Kadiwéu</i>	Não possui: - superfície regular; - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Poste; vegetação; ponto de ônibus.	Ausente.	Não atende ao mínimo de acessibilidade.
<i>Kaiowá</i>	Não possui: - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Semáforo sem botoeira sonora ou dispositivo equivalente.	Vagas totais: 54 Vagas especiais: 0	Não atende ao mínimo de acessibilidade.
<i>Guarani</i>	Não possui: - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Não se aplica.	Vagas totais: 45 Vagas especiais: 09	Não atende ao mínimo de acessibilidade.
<i>Ñandeva</i>	Não possui: - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Não se aplica.	Vagas totais: 40 Vagas especiais: 04	Não atende ao mínimo de acessibilidade.
<i>Guató</i>	Não possui: - piso tátil; - rampas; - rebaixo.	Semáforo sem botoeira sonora ou dispositivo equivalente.	Vagas totais: 19 Vagas especiais: 02	Não atende ao mínimo de acessibilidade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2016.

O Parque das Nações Indígenas possuía estacionamento gratuito, sem cobertura e com capacidade para 175 veículos, sendo duas vagas para ônibus turísticos e 15 vagas especiais. Dessas, dez destinadas a pessoas com deficiência e cinco para idosos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 47 estabelece que a quantidade de vagas sinalizadas como especiais deve equivaler a 2% do total, garantida, no mínimo, uma vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.

No Parque das Nações Indígenas as vagas especiais somavam 8% em relação ao total, acima do que é recomendado, no entanto, pôde-se constatar que as vagas especiais não estavam distribuídas em todos os portões de acessos ao parque, os portões *Ofaié-Xavante*, *Terena* e *Kadiwéu* não apresentavam nenhum tipo de estacionamento. Percebeu-se que houve apenas a sinalização dessas vagas, sem a preocupação de estarem de acordo com as especificações do desenho e dimensões de área, como exemplo não havia o espaço adicional de circulação entre as vagas (FIGURA 3).

FIGURA 3 - VAGA ESPECIAL EM DESENHO E DIMENSÃO DIFERENTE DAS RECOMENDAÇÕES



FONTE: OLIVEIRA, 2016.

No portão *Guarani*, as vagas especiais ficavam próximas ao espaço temático onde estava montada a ‘Cidade do Natal’. A distância entre a vaga especial até a entrada do Parque era superior a 50 metros, além de também não haver espaço adicional de circulação (FIGURA 4).

FIGURA 4 - VAGAS ESPECIAIS DE ESTACIONAMENTO



FONTE: OLIVEIRA, 2016.

No estudo de Costa (2012) em Curitiba, o estacionamento do Parque Tanguá também não apresentou recursos satisfatórios de acessibilidade, pois não haviam vagas para deficiente físico ou idoso. Localizado na mesma cidade, o Parque Barigui dispunha de estacionamento com quantidade de vagas reservadas de acordo com recomendado na Lei nº 10.098/00, oferecendo ainda elementos de acessibilidade como rampas, rota acessível até o atrativo e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) (COSTA, 2012).

Voltando ao caso estudado, o Parque das Nações Indígenas é um espaço de uso coletivo, sob responsabilidade do governo estadual por meio do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul. Porém, não estava disponibilizando elementos que promovessem a total acessibilidade, a exemplo dos trechos sem pavimento e ausência de piso tátil.

O passeio público entre os portões *Kaiowá*, *Guarani*, *Ñandeva* e *Guató* não se configurava como “um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conectasse ambientes externos e internos de espaços e edificações” (ABNT NBR 9050, 2015, p. 5). Faltavam itens como rampas, calçadas rebaixadas e piso tátil. Apesar da presença de mobiliário urbano como postes, lixeiras, semáforos e bancos, por exemplo, todavia não havia obstrução de passagem. Mesmo assim, não era uma rota acessível.

No Parque do Trote, em São Paulo (SP), não havia sinalização em *Braille*. Além disso, a sinalização tátil e de alerta não eram contínuas (BERNARDO; SATO, 2011).

Somados, esses fatos revelam que as questões relacionadas às dificuldades de acessibilidade projetam uma realidade comum às áreas públicas de lazer urbanas.

4.3 VERIFICAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E MEIOS DE TRANSPORTE

Esse formulário foi aplicado no terminal de ônibus *Estação 'Peg Fácil' Shopping Campo Grande*, localizado na Avenida Afonso Pena. A estação estava recebendo ônibus urbano e possuía cobertura com capacidade de acolher até três ônibus simultaneamente. Por ela, passavam 13 linhas para as mais diversas regiões da cidade e, a partir do terminal, ainda se percorria um trajeto de um quilômetro em linha reta até a entrada mais próxima do Parque das Nações Indígenas (portão *Kaiowá*).

Em relação ao transporte coletivo, apesar de serem oferecidas linhas com extenso itinerário, e terminal de ônibus com elementos de acessibilidade (elevador, auxílio no embarque/desembarque, sinalização tátil), eles não garantiam total acesso às pessoas com deficiência.

O terminal dispunha de sinalização tátil direcional e de alerta e auxílio para embarque e desembarque de cadeirantes usando equipamento eletromecânico (elevador) disponível nos veículos, pois a altura do piso do ônibus e da plataforma era diferente. Os canais de relacionamento para obtenção de informações sobre itinerários, horários, tarifas, gratuidades foram: carta, *e-mail*, telefone e atendimento pessoal (QUADRO 4).

QUADRO 4 - ACESSIBILIDADE NO TERMINAL DE ÔNIBUS QUE ATENDIA AO PARQUE

Verificação da acessibilidade nos terminais, pontos de parada e meios de transporte		
O terminal dispõe de atendimento:	Sim	Não
Recepção e condução no terminal	x	
Guichês adaptados		x
Auxílio para embarque e desembarque	x	
O terminal disponibiliza que tipo de comunicação e sinalização:		
Sinalização tátil, visual e sonora integradas		x
Canais de relacionamento		
Carta	x	
E-mail	x	
Telefone	x	
Totens multimídia		x
Telefone ponto a ponto		x
Atendimento pessoal	x	
Atendimento em LIBRAS		x
Telefone de informações e reclamações para surdos		x
Site acessível		x

Continua...

Continuação.

Tipo de embarque:		
Embarque usando equipamento eletromecânico de circulação (elevador)	x	
Porta de acesso comum ou exclusiva - além da porta convencional de embarque e desembarque	x	
O ponto de parada possui:		
Abrigo com cobertura	x	
Sinalização tátil	x	
Sinalização visual		x
Índice de Acessibilidade		
Pouca acessibilidade: Atende ao mínimo		

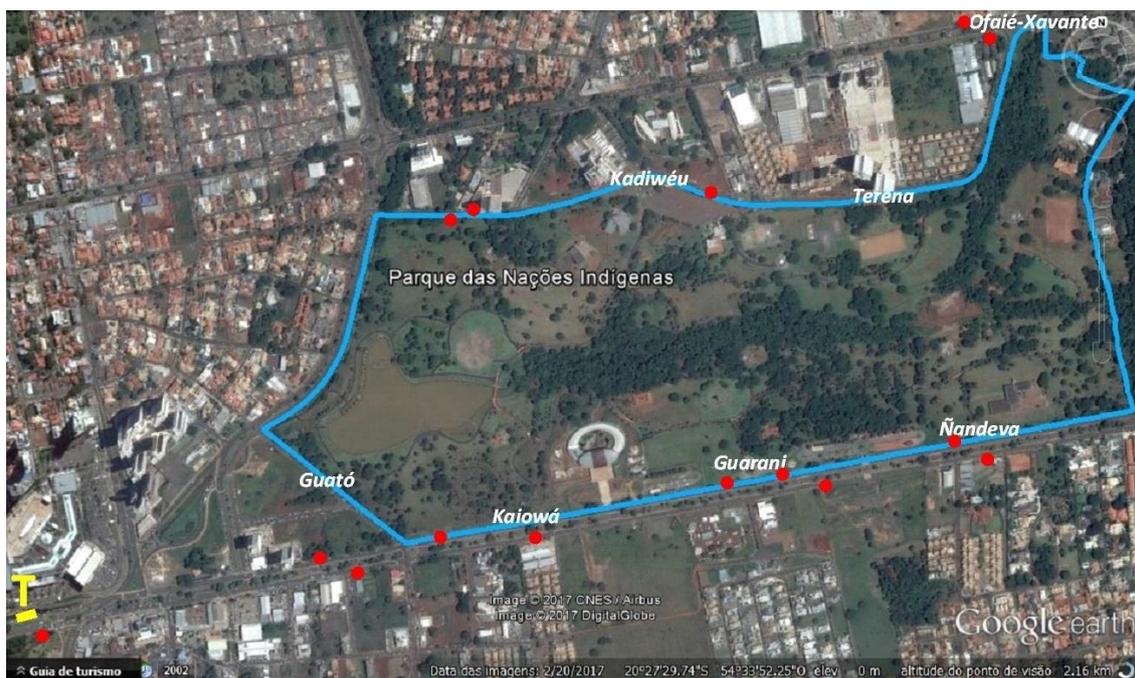
FONTE: Pesquisa de Campo, 2016.

Considerando todas as respostas negativas, chegou-se ao índice de pouca acessibilidade ao atender minimamente os requisitos necessários para que pessoas com deficiência utilizassem os pontos de parada do transporte público com autonomia e segurança.

No terminal *Estação 'Peg Fácil' Shopping Campo Grande* os colaboradores do atendimento pessoal não estavam capacitados na Língua Brasileira de Sinais (Libras). No *site* de atendimento da Associação das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos de Campo Grande (Assetur) não havia recursos de acessibilidade, como atalhos de navegação padronizados, botão para aumentar o tamanho da fonte ou alterar contraste, por exemplo.

O percurso do terminal até o Parque, tomando como referência o portão *Kaiowá* (mais próximo), era uma subida íngreme. Havia semáforos nos cruzamentos. No entanto eram equipamentos que não emitiam sinais sonoros ou vibratórios, dispositivos que facilitam a travessia de deficientes visuais. Os pontos de ônibus não estavam integrados à rota acessível; o passeio público não apresentava quaisquer elementos de acessibilidade: rampas, guias rebaixadas e piso tátil. Atravessar a rua para chegar ao parque, dessa forma, tornava-se um trajeto arriscado (FIGURA 5). O passeio público, responsabilidade de cada proprietário de imóvel (BRASIL, 2004), apresentava trechos sem pavimento, piso tátil e rampas.

FIGURA 5 - TERMINAL DE ÔNIBUS E PONTOS DE PARADA



LEGENDA: Terminal *Estação 'Peg Fácil' Shopping Campo Grande* (em amarelo); paradas de ônibus que atendiam ao Parque (pontos em vermelho).

FONTE: Google Earth (2015).

Conforme dados da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (AGETTRAN, 2014) a frota adaptada representava 96%, de um total de 596 veículos. Assim, uma opção para evitar o longo trajeto sem veículo até o parque, era usar a linha de ônibus 233 TV Educativa - TVE, pois esta tinha paradas próximas aos portões do parque, na Avenida Afonso Pena. Entretanto, no itinerário de ida, o ponto de ônibus ficava do lado oposto ao parque, sendo necessário atravessar o canteiro central. Dessa forma, um cadeirante, por exemplo, precisaria atravessar a via no local de retorno junto aos veículos e, ao chegar a frente ao parque, não havia rampa ou guia rebaixada. Além disso, a linha 233 operava em horários restritos: das 6hs 30min às 18hs 45min de segunda à sexta-feira, com intervalo médio de uma hora e vinte minutos entre as viagens.

Outra linha que estava atendendo o parque era a 523 Maria Aparecida Pedrossian/Centro. Sua parada ficava na Rua Antônio Maria Coelho, próximo ao portão *Kadiwéu*. Também operava com horários restritos de segunda à sexta-feira das 7hs 25min às 17hs 40min, fazendo quatro viagens por dia.

Por sua vez, identificou-se um estudo que menciona nos Estados Unidos, o Parque Nacional *Yosemite*, na Califórnia, como uma referência mundial em relação às questões de acessibilidade. (HOMEM DE CARVALHO; KIEFER, 2015). Também que o parque estava oferecendo transporte acessível gratuito na região do Vale de *Yosemite*, intérpretes de *American Sign Language - ASL* (Linguagem Americana de Sinais) inclusive nos filmes exibidos ao público no interior do parque, descrições de áudio, *podcasts*, publicações em letra grande ou em *Braille*.

Recentemente havia iniciado um plano de construção de acampamentos adaptados com instalações sanitárias, passarelas de madeira, mesas de piquenique e churrasqueiras. Ainda, que possuía um guia específico sobre acessibilidade do parque, que informava sobre o acesso às áreas, instalações e serviços para pessoas com deficiência (HOMEM DE CARVALHO; KIEFER, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, ao analisar os resultados obtidos neste estudo, concluiu-se que as condições de acessibilidades do Parque das Nações Indígenas não estavam satisfatórias. Paradoxalmente ao projeto original, a Concha Acústica e o Teatro de Arena que foram construídos com o intuito de garantir a acessibilidade, foram classificados como equipamentos de pouca acessibilidade, atendendo ao mínimo o que era exigido pelas normas vigentes.

Em relação ao passeio público no entorno do parque, o resultado mostrou-se positivo, já que houve adequações, trechos pavimentados em superfície plana e sinalização de vagas especiais. Por outro lado, não havia integração de rota acessível, e ausência de elementos essenciais como piso tátil, rampas e rebaixo de guia.

Também foi possível observar um esforço em promover a acessibilidade no terminal de ônibus próximo, que atendesse o Parque das Nações Indígenas. Havia um acesso exclusivo para PCD, piso tátil, e auxílio no embarque e/ou desembarque. Contudo tratava-se de um serviço tangente e as adequações não dependeram da demanda de público do parque. Dessa forma, concluiu-se que, apesar de várias normativas, leis e decretos terem sido criados para garantir os direitos das pessoas com

deficiência e orientar as dimensões e estruturas dos espaços públicos, essas situações estavam sendo pouco fiscalizadas. Isso pôde ser comprovado pelas inúmeras inadequações existentes em apenas um ponto turístico da cidade de Campo Grande, apontadas por esse estudo.

Além de adequar espaços públicos e equipamentos de lazer para que todas as pessoas possam usufruir com autonomia e segurança, torna-se urgente o cumprimento das normas e leis que já existem para garantir a acessibilidade. A partir desse trabalho considera-se ser possível ampliar as pesquisas com essa temática e fornecer subsídios para projetos de acessibilidade e inclusão através do turismo, que contemplem as dimensões arquitetônicas, metodológicas e instrumentais de modo a incentivar a adequação de ambientes. Em dimensão programática, com a avaliação e/ou revisão das políticas públicas, planos e projetos de acessibilidade, tornando-os efetivos; e ainda na dimensão atitudinal com a sensibilização e conscientização da comunidade a respeito da inclusão social de pessoas com deficiência.

6 REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, 2015.

AGETTRAN. Agência Municipal de Transporte e Trânsito. **Crescimento da frota de ônibus adaptados**. 2014. Disponível em: <<http://agetran.ms.gov.br/agetran/sites/default/files/anexos/grafico%20adaptado%202.pdf>>. Acesso em: 12/09/2016.

AUGUSTI, C.; JUNQUEIRA, L. D. M. Inclusão social para pessoas com Síndrome de Down: Análise de uma visita guiada pelo Congresso Nacional (Brasília, Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 9, n. 3, p. 1-21, set.- dez. 2016.

BERNARDO, L. S.; SATO, S. E. **O Turismo em parques urbanos e a acessibilidade**. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 63, 2011, Goiânia, GO. Resumo (on-line). Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/4364.htm>> Acesso em: 30/09/2016.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12/12/2016.

_____. Lei Geral do Turismo. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 181, 18 set. 2008. Seção 1.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 12/12/2016.

COSTA, L. A. **Turismo adaptado**: acessibilidade turística para cadeirantes nos cinco principais atrativos turísticos da cidade de Curitiba, PR. 97 p. Monografia (Bacharelado em Turismo). Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Irati, 2012.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

FERNANDES, C. S.; NESSIMIAN, I. S.; DELVIZIO, J. B. U. **Plano Diretor do Parque das Nações Indígenas**. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: Secretária de Obras Públicas, 1993.

GARCIA, D. S. **Identidade cultural e imagem turística projetada da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. 270 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GOOGLE EARTH. Version 9.0.36.1. 2015. Parque das Nações Indígenas. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-20.45357983,-54.57211352,585.75280606a,1950.18230847d,35y,-0h,0t,0r>>. Acesso em: 23/6/2017.

GUALBERTO FILHO, A. **Avaliação da acessibilidade em hotéis**: métodos de mensuração. 240 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

HOMEM DE CARVALHO, M. C. M. H.; KIEFER, S. F. W. Pessoas com deficiência e turismo em parques nacionais. In: CONPEDI/UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (org.); VASCONCELOS, A. G.; SILVEIRA, S. S.; XIMENES, J. M. (coord.). **Direitos sociais e políticas públicas I**. CONPEDI: Florianópolis, 2015. p. 470-497

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010.

JAFAR, A. C. D.; OLIVEIRA, A. K. M.; BONONI, V. L. R.; MASCARÓ, L. E. A. R. Avaliação de locais com potencial e/ou utilizados no turismo ambiental na cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. **Revista Uniara**. Araraquara, v. 15, n. 1, p. 78-86, julho, 2012.

LOHMANN, G; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2012.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____. (org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MTUR. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**: Introdução a uma Viagem de Inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009a.

_____. **Turismo Acessível**: mapeamento e planejamento do Turismo Acessível nos destinos turísticos. Volume II. Brasília, 2009b.

OPPLIGER, E. A.; FONTOURA, F. M.; OLIVEIRA, A. K. M; TOLEDO, M. C. B. S.; GUEDES, N. M. R. O potencial turístico para a observação da avifauna em três áreas verdes na cidade de Campo Grande, MS. **Revista Atualidades Ornitológicas**, n. 192, julho e agosto, 2016.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

_____. **Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência**, 1982. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A2ncia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>>. Acesso em: 18/5/2016.

RUA, M. G. Turismo e Políticas Públicas de Inclusão. In: BRASIL. **Turismo social**: Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 17-37.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, E. M.; SOARES, B. R. A acessibilidade no Parque do Sabiá para Pessoas com Deficiência Física. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**. Uberlândia, v. 2, n. 6, p. 77-97, abr. 2011.

UNRIC. United Nations Regional Information Center. **Alguns Fatos e Números sobre as Pessoas com Deficiência**, 2014. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/pessoas-com-deficiencia/5459>>. Acesso em 18/06/2016.

Recebido em: 03-08-2017.

Aprovado em: 02-09-2017.